

641

Falou a seguir sobre a importância do Projeto do Senador Aurélio da Rocha, enfatizando que estabilizar o estêdo superior para a população de baixa renda era motivo de muito orgulho para toda a Casa Legislativa. Falou a seguir, de seu orgulho em testemunhar o entusiasmo de seus filhos que preferiam a carreira de médicos, quando ele próprio não conseguia alcançar sua grande sonho. Invencionou ao Senador autor do referido projeto que tornaria possível a educação de nível superior para os menos favorecidos, no que encerrou sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para combater mandou que se lavrasse o presente Atto, que ele pois de lido, submetido a aprovação Unânime, aprovada e será assinada para que produza seus efeitos legais.

✓  
✓  
a



Atto da Vigésima Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Tubo Itno, realizada no dia 13 (treze) de maio do ano de 2004 (dois mil e quatro).

Os dezesseis horas do dia 13 (treze) de maio do ano de 2004 (dois mil e quatro) sob a presidência do Senador Antônio Carlos de Carvalho Brindade e com a participação da Primeira Secretária "ad hoc" pelo Senador João dos Santos Mendes, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Tubo Itno. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Senadores: Allanir Araújo da Silva, Amury Valério Thomaz Júnior, Braz Benedito Arcampêlito, Eduardo Correia Neto, Emmanoel Fernando Frere da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Geranger, Luiz Carlos Sobro, Paulo César da Queiroz Almeida, Ricardo Ferreira da Fonseca, Rui Pacheco de Lima e Wilmar Monteiro. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E seguir foram lidos e aprovados os seguintes Attos: Atto da Décima Quarta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo, Décima Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período legislativo, sendo este aprovado com a seguinte Resolução de Atto do Senador último Montenegro: "Senhor Presidente, solicito que Vossa Excelência determine o Secretário que faça uma resolução no



minha fala quando diz que eu me dirigi a ASSEP, mas, não diz o motivo dessa  
 visita. É preciso que fique bem claro que a minha possível visita a ASSEP, e eu eu  
 parentes para dizer que está difícil arranjar esse dinheiro para o órgão que tem a  
 competência administrativa de fiscalizar e cobrar as taxas de futura habitação e de  
 água. É o que nos pretendemos na realidade, conversando com esses senhores, e ter  
 claro o objetivo de permitir que o cobrador sobre a taxa de esgoto sani-  
 tário na mesma proporção que cobra a taxa de água. É na minha fala não con-  
 ta a razão da minha possível ida a ASSEP. Então sobre a Vossa Excelência que pa-  
 ra a próxima Ata seja feita a ressalva no sentido de que ficou claro do que se  
 trata a ASSEP e os razões da minha ida àquele grupo de senhores nomeado  
 pela Governadora do Estado. Entendendo, foram aprovadas ainda os seguintes  
 atos: Ata da Vigésima Terceira Ordinária do Primeiro Período legislativo e Ata da  
 Vigésima Quarta Ordinária do Primeiro Período legislativo. E requer, em  
 atenção ao requerimento número 060/2004 de autoria do Vereador Gustavo Antônio  
 Guimarães Branque, dispõe sobre o convite ao Tenente Coronel Gibson da Costa, Cor-  
 donador Municipal de Segurança Pública, e Senhor Presidente solucione aos Vereadores  
 Senhor Paulo César do Amor Almeida e Gustavo Antônio Guimarães Branque, que con-  
 duzam ao Município o Coronel Gibson para prestar esclarecimentos técnicos sobre segu-  
 rança de trânsito no Município de Cabo Frio. O mesmo foi perguntado pelos Vereadores  
 e esclareceu questionamentos a respeito do trabalho de reestruturação da Coordenadoria  
 de Trânsito e Segurança. Respondendo os diversos questionamentos feitos pelos Senho-  
 res Vereadores buscou elucidar informações e dados oriundos da Coordenadoria de  
 Trânsito. E requer, o Senhor Presidente solucione ao Senhor Primeiro Secretário  
 "ad hoc" a leitura do Expediente que fôz parte do seguinte: Resposta do Coronel  
 do Municipal de Trânsito e Segurança Pública, Tenente Coronel Gibson da Costa,  
 em atendimento ao requerimento nº 060/2004 de autoria do Vereador Gustavo An-  
 tônio Guimarães Branque, Projeto de Resolução nº 011/2004 - Vereador Fábio Mendes  
assunto: Dispõe sobre o número de ônibus da Prefeitura Municipal de Cabo Frio  
requerimento nº 067/2004 - Vereador Fábio Mendes, assunto: requer que seja enviada  
do a esta Casa Legislativa o extrato de movimentação financeira dos meses de  
abril e maio/2004, do I.E. nº 40083 - B. Banco Banerj, Agência 3517 - Cabo Frio  
essa titular da mesma e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Determinada a leitura  
do Expediente e não havendo dúvidas em relação ao uso do tributo, o Senhor  
Presidente conduza o expediente para a Ordem do Dia. Nesta etapa foi encaminhado  
para o Conselho de Contribuição e Justiça o Projeto de Resolução nº 011/2004. E requer,

o Senhor Presidente após verificação de "quorum" eontateu não haver número quimetal para deliberação das matérias, franqueando a yequer a Tribuna pe-  
ra o Explicação verbal. Deupei o Tribuna em Explicação verbal o Senador Gino  
dos Santos Mendes, que inicialmente eludiu o CEP, afirmando que estava certo de  
que tanto o CEP quanto a Prefeitura tinham conhecimentos sobre o pagamento da  
CEP, e que os poderia haver inadimplência com relação ao pagamento, e que  
era publicidade, visto que osontos foram impostos aos trabalhadores que precisa  
gam optar entre comprar mantimentos ou pagar o conta de energia elétrica.  
Disse ainda, que desde o dia 15 de abril, os cidadãos de Cabo Frio estavam com  
vinculados, divindo pagando conta de energia elétrica, quando o contrato foi  
nado pelo Prefeito Municipal previu eláusula de crédito automático na conta  
corrente da Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Ressaltando, enfatizou que requi-  
do informação do Governo Municipal, o conta da Prefeitura verificada naquela  
data estava zerada com o saldo embro da cobrança do CEP, assim sendo, fa-  
zia-se extremamente necessário o requerimento de sua autoria em favor  
naquela época, visto que, não era conhecido o destino do dinheiro do povo  
cabofriense, o que era inadmissível, no que encerra sua fala. O requer, deupei  
a Tribuna o Senador Ulmar Bentim, que inicialmente afirmou que a oposi-  
ção tinha o direito de solicitar informações do Governo quanto o receita  
do CEP, ressaltando que em face das discussões em Plenário da Casa Legis-  
lativa, ficou acordado que isso o receita ficasse acima da futura aprova-  
ção pelo CEP, haveria então chance de diminuir os valores cobrados da  
população. Adiante, disse que fora o único homem da cidade de Cabo Frio  
com coragem para impetrear ação contra a CEP, obtendo sucesso em virtude  
de que na ocasião não era permitido que os Prefeitos cobrassem taxas de  
utilização pública. Continuando, disse ser favorável a cobrança, mas, não em  
o valor que onerava o contribuinte. E mais, disse que ninguém poderia que-  
honar a cobrança, e sim quanto os valores cobrados, assim sendo, o bom  
senso deveria prevalecer. Adiante, leu relatório do 1966, salientando que  
em 2000 a população de Cabo Frio era de cento e vinte seis mil, quinhentos  
e vinte e sete habitantes, e no ano de 2003 a população aumentara para  
cento e quarenta e duas mil novecentos e setenta e quatro habitantes, o que de-  
monstrava o número de cidadãos no legislativo Municipal. Entregou tal documento  
ao Presidente do Câmara Municipal, enfatizando que se no futuro fossem neces-  
sárias informações com objetivo de embasar tal questão, aquele seria o documen-

bo oficial a ser apresentado. Disse, que todos eram subeditores do grande governo estabelecido por Alar Pereira e assim todos os opiniões sobre os atos do governo tentou esclarecer os pontos relacionados ao mesmo, visto que era compreensível que existissem erros, no entanto os erros sobressaíam, o que conferia ao regime um saldo positivo, no que encerra sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação pessoal, o vereador Paulo César da Silva Almeida, que inicialmente, em relação ao discurso de seu antecessor na tribuna, afirmou que discordava quanto a declaração de mesmo de que haviam algumas coisas erradas no governo municipal, pois, haviam na realidade muitos erros. Disse, que ninguém tinha conhecimento quanto a aplicação dos verbas do município, e exaustivamente foram solicitados vistos os pontos do Executivo, o que configurava um verdadeiro absurdo. Disse ainda, que não conseguia compreender que o Secretário de Administração de Paulo Brito administrasse ao mesmo tempo o relacionamento e a cobrança realizada pelos "amarelinhos", e nem "como o Secretário de Cultura podia ser proprietário de um canal de TV e Paulo em nome de sua esposa e de uma empresa produtora para contratação de shows para o município também em nome de terceiros". Enfatizou que tais fatos eram atos ilícitos que implicavam por certo no aumento de energia elétrica que estavam na conta do trabalhador. E mais, disse que também o Senhor Leonardo, Diretor de Eventos pré-candidato a vereador, era possuidor de uma empresa de contratações de shows e eventos para Paulo Brito também em nome de terceiros. Continuando, disse que o requerimento de cobrança do vereador Fábio dos Santos, Mendes, por certo seria reavaliado e na próxima sessão do dia 18 de maio seria aprovado em decorrência de que fora contratado que através do sistema de informática, o Executivo Municipal possuía meios de avaliar antecipadamente o valor constante nos contratos públicos, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação pessoal, o vereador Amaury Valério Thomaz Júnior, que inicialmente teve direitos ao autor que o antecedeu na tribuna em explicação pessoal, daquela sessão, destacando que o mesmo continuava "fazendo balanço político" de um governo idôneo e íntegro, que investe com em shows e jamais deixaria de fazê-lo em virtude de que trabalhava com a finalidade de melhorar todos os setores. E mais, disse que o Executivo Municipal não tinha nada a esconder e assim colocações, injúrias e calúnias somente não eram ignoradas, visto que os que assistem a Sessão Plenária pela primeira vez, assim o rizo de equiparar-se com relação a postura de homens dignos e corretos como Hilton Alencar Júnior, um linxote montado no município. Disse ainda, que a Secretária de Cultura patrocinava livros e não admitia que